

GOVERNANÇA CORPORATIVA E O IMPACTO DO COSO (2013) NAS EMPRESAS LISTADAS NO NOVO MERCADO

FÁBIO ROSSELLINI

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO (FECAP)

ANDERSON DOUGLAS TEIXEIRA

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO (FECAP)

JULIANO RODRIGUES SILVA

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO (FECAP)

INTRODUÇÃO

Esse artigo tem por objetivo identificar os elementos evidenciados de controle interno dos componentes do COSO (2013) nos relatórios da administração das empresas brasileiras listadas no segmento Novo Mercado da B3 (antiga BM&FBovespa). Aliado à prática de Governança Corporativa, não se pode deixar de observar características essenciais das atividades de controle interno na gestão de riscos nas empresas.

A criação de um conselho de administração e fiscal têm se mostrado cada vez mais inseridos pelas empresas como forma de melhoria das atividades de controle interno e gerenciamento de risco. Áreas como auditoria interna e gestão de riscos tornam-se essenciais para grande parte das empresas, inclusive quando listadas em diferentes níveis segmentos de governança corporativa na B3, como os de Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado. Segundo Zonatto e Beuren (2009), a identificação antecipada dos potenciais riscos internos e externos e seu gerenciamento contribuem para a mitigação do mesmo. A priorização de investimentos em atividades de controles, amplamente defendido pelas empresas, deve ser confrontado pela alta administração com resultados a tais recursos aplicados (DANTAS et al., 2010).

Diante de escândalos mundiais de fraudes nas demonstrações financeiras no início dos anos 2000 em organizações mundialmente conhecidas como Enron, Artur Andersen, Worldcom, Parmalat, Xerox, entre outras, em 2002 fora promulgada no congresso norte-americano a Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX), aplicável a todas as empresas de norte-americana ou estrangeiras de capital aberto que tem ou buscam negociar ações no mercado de capitais daquele país. Com o intuito de evitar a fuga dos investidores causada pela insegurança e perda de confiança em relação as escriturações contábeis e aos princípios de governança nas empresas, a lei SOX possui uma das mais rigorosas regulamentações a controles internos, a elaborações de demonstrações financeiras e a divulgação de informações (AMORIM et al., 2017). Cria-se então, um novo ambiente de governança corporativa e nele se insere responsabilidades aos administradores em caso de ações fraudulentas pelas companhias.

Para tanto, busca-se compreender melhor quais características de controle interno, segundo o COSO (2013) estão presentes nas empresas brasileiras de capital aberto, negociadas na B3 e listadas no Novo Mercado. Embora clarificado pelo estudo de Zonatto e Beuren (2009), o presente estudo busca descrever que características estão mais presentes nas empresas listadas neste segmento da bolsa de valores que é o mais alto nível, inclusive, evidenciar como as empresas estão constituídas perante às regras inseridas pelo COSO (2013).

Nas próximas seções, o leitor encontrará o referencial teórico, a metodologia, os principais resultados e, por fim, as considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

GESTÃO DE RISCOS

Assumir riscos e gerenciá-los é essencial para o desenvolvimento da organização, no sentido da obtenção de lucros e geração de valor para seus acionistas. Os riscos podem, segundo Guimarães (2006), possuir diferentes conotações, como as de ordem física, estrutural, econômica, social e ambiental, desdobrando-se em diversos componentes e em sucessivos níveis de detalhamento.

Quintas, Spessatto e Fernandes (2008) dizem que a política de gestão de riscos assumi novas proporções nas empresas devido a escândalos recentes oriundos de fraudes e

superfaturamentos que levaram algumas empresas do cenário internacional e nacional a um declínio no mercado financeiro.

Risco pode simplesmente ser definido como exposição à mudança. É a probabilidade de que algum evento futuro ou um conjunto de eventos ocorra. Portanto, a análise do risco envolve a identificação de mudanças potenciais adversas e do impacto esperado como resultado na organização. (PAXSON; WOOD, 1998).

O gerenciamento de risco pode ser visto como o processo pelo qual várias exposições são identificadas, mensuradas e controladas (JORION, 1997). Infere-se que a gestão de riscos não se volta para a eliminação dele, mas para a identificação, mensuração e controle. Os sistemas de gestão de riscos são desenvolvidos à luz de algum modelo de gestão utilizado pela empresa. Este modelo estabelece os ambientes de controle, que serão monitorados por meio do sistema desenvolvido para a gestão de riscos.

Ao analisar os conceitos de risco, Duarte Júnior (1996) observa que risco é uma definição multidimensional e que há quatro tipos distintos de riscos nas empresas: risco de mercado, risco operacional, risco de crédito e risco legal. Dessa forma, podem-se delinear aspectos conceituais de cada um dos tipos de riscos.

O risco de mercado, que depende do comportamento do preço do ativo diante das condições de mercado, pode ser dividido em quatro grandes áreas: risco do mercado acionário, risco do mercado de câmbio, risco do mercado de juros e risco do mercado de *commodities* (DUARTE JÚNIOR, 1996).

Já o risco operacional está relacionado a possíveis perdas, como resultado de sistemas e/ou controles inadequados, falhas de gerenciamento e erros humanos. Este pode ser dividido em três grandes áreas, que se relacionam com uma organização ineficiente, com problemas como processamento e armazenamento de dados, ou com problemas como empregados não-qualificados (DUARTE JÚNIOR, 1996).

O risco de crédito está relacionado a possíveis perdas quando um dos contratantes não honra seus compromissos contratuais e/ou financeiros. As perdas aqui estão relacionadas aos recursos que não mais serão recebidos. Este pode ser dividido em três grupos: risco do país, risco político e risco de falta de pagamento (DUARTE JÚNIOR, 1996).

Por sua vez, o risco legal está relacionado a possíveis perdas quando um contrato não pode ser legalmente amparado. Incluem-se aqui riscos de perdas por documentação insuficiente, insolvência, ilegalidade, falta de representatividade e/ou autoridade por parte de um negociador (DUARTE JÚNIOR, 1996).

CONTROLE INTERNO

Segundo Teixeira e Teixeira (1998), a terminologia *internal check* ou *internal control*, originária dos Estados Unidos, diz respeito aos métodos utilizados pela administração, relativamente aos conjuntos de procedimentos de controle interno da organização adotados em caráter de permanência, tanto pelas organizações como pelas entidades contábeis. A atuação do controle interno sofre influência direta do ambiente em que opera, quando especificamente se encontra relacionada diretamente com a eficácia de procedimentos de outros controles específicos. Desta forma, entende-se que controle interno se faz oportuno e indispensável em todas as divisões das organizações, tais como vendas, tesouraria, compras, produção, etc., auxiliando, desta forma, para que a eficácia operacional seja evidente, no momento em que se alcancem os resultados mais favoráveis com os menores níveis de desperdício até então aceitos dentro da organização.

Leles e Mario (2009), define controle interno como um processo resultante das ações de um comitê de diretores, administradores e outros integrantes da empresa, em que provê razoável segurança relativa ao alcance de objetivos diante categorias como: eficácia e eficiência das

operações, confiabilidade das informações financeiras e obediência (*compliance*) às leis e regulamentos aplicáveis.

Segundo Davis e Blaschek (2005), o sistema de controle interno é constituído de vários subsistemas, que devem atuar de forma integrada e harmônica. Ressaltam, no entanto, que ele não pode ser confundido com o sistema contábil e financeiro da empresa que representa apenas um dos instrumentos do controle interno.

Teixeira e Teixeira (1998) advertem que, embora a empresa tenha um sistema contábil bem estruturado e definido, é necessário que este seja devidamente sustentado e apoiado por um eficiente controle interno, de maneira que se mantenha a fidedignidade dos relatórios contábeis diante da multiplicidade de seus usuários.

Portanto, uma gestão voltada para as boas práticas de controle interno possibilita o alcance das diretrizes internas da empresa, em que os controles atuam como reguladores do comportamento dos diversos atores dentro das organizações.

COSO

O *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), define gerenciamento de riscos como um processo conduzido em uma organização pelo conselho de administração, pela diretoria e por demais empregados, aplicado no estabelecimento de estratégias formuladas para identificar, em toda ela, eventos capazes de afetá-la.

O COSO é uma entidade sem fins lucrativos, dedicada à melhoria dos relatórios financeiros através da ética, efetividade dos controles internos e governança corporativa, cujo objetivo é auxiliar as entidades empresariais e demais organizações a avaliar e aprimorar seus sistemas de controle interno (COSO, 2004).

Nos últimos anos, intensificou-se o foco e a preocupação com o gerenciamento de riscos, e tornou-se cada vez mais clara a necessidade de uma estratégia sólida, capaz de identificar, avaliar e administrar riscos. O COSO, junto à *PricewaterhouseCoopers*, desenvolveu uma estratégia de fácil utilização pelas organizações para avaliar e melhorar o próprio gerenciamento de riscos (COSO, 2004). Na esteira dessa estratégia, vieram solicitações de melhoria dos processos de governança corporativa e gerenciamento de riscos, por meio de novas leis, regulamentos e de padrões a serem seguidos. A necessidade de uma estrutura de gerenciamento de riscos corporativos, capaz de fornecer os princípios e conceitos fundamentais, com uma linguagem comum, direcionamento e orientação claros, tornou-se ainda mais necessária (COSO, 2004).

Entre os principais críticos às administrações está a determinação da extensão do risco que a organização está preparada para enfrentar e disposta a aceitar na medida em que se empenha para agregar valor. Neste estudo, os cinco componentes do gerenciamento de riscos corporativos propostos pelo COSO (2013) foram adotados na análise de conteúdo dos relatórios da administração das empresas. A entidade propõe que o controle interno seja um processo que se torna efetivo por meio das pessoas. Esse processo deve assegurar, com razoável grau de segurança, os objetivos de economia e eficiência, incluindo o alcance de *performance* e segurança dos ativos contra perdas; veracidade das informações financeiras e conformidade com as normas e legislações locais.

Santos, Vasconcelos e Tribolet (2007) afirmam que o modelo COSO é aceito mundialmente por auditores, por atuar diretamente nos ambientes de controle das atividades da entidade e, por consequência, preocupar-se com o alcance dos seus objetivos.

O COSO (2013) – Controle Interno – Estrutura integrada, define controle interno como um processo conduzido pela governança, administração e outros colaboradores da entidade que tem como finalidade proporcionar segurança razoável com respeito à realização de objetivos

relacionados a operações, divulgação e conformidade. Existe uma relação direta desses objetivos com os cinco componentes do COSO (2013) e seus princípios, como segue:

Ambiente de controle

- a) A organização demonstra ter comprometimento com a integridade e os valores éticos.
- b) A estrutura de governança demonstra independência em relação aos seus executivos e supervisiona o desenvolvimento e desempenho do controle interno;
- c) A administração estabelece, com suspensão da estrutura de governança, as estruturas, os níveis de subordinação e as autoridades e responsabilidades adequadas na busca dos objetivos;
- d) A organização demonstra comprometimento para atrair, desenvolver e reter talentos competentes, em linha com seus objetivos;
- e) A organização faz com que as pessoas assumam responsabilidade por suas funções de controle interno na busca pelos objetivos.

Avaliação de riscos

- a) A organização especifica os objetivos com clareza suficiente, a fim de permitir a identificação e a avaliação dos riscos associados aos objetivos;
- b) A organização identifica os riscos à realização de seus objetivos por toda a entidade e analisa os riscos como uma base para determinar a forma como devem ser gerenciados;
- c) A organização considera o potencial para fraude na avaliação dos riscos à realização dos objetivos;
- d) A organização identifica e avalia as mudanças que poderiam afetar, de forma significativa, o sistema de controle interno.

Atividades de controle

- a) A organização seleciona e desenvolve atividades de controle que contribuem para a redução, a níveis aceitáveis, dos riscos à realização dos objetivos;
- b) A organização seleciona e desenvolve atividades gerais de controle sobre a tecnologia para apoiar a realização dos objetivos;
- c) A organização estabelece atividades de controle por meio de políticas que estabelecem o que é esperado e os procedimentos que colocam em prática essas políticas.

Informação e comunicação

- a) A organização obtém ou gera e utiliza informações significativas e de qualidade para apoiar o funcionamento do controle interno;
- b) A organização transmite internamente as informações necessárias para apoiar o funcionamento do controle interno, inclusive os objetivos e responsabilidades pelo controle;
- c) A organização comunica-se com os públicos externos sobre assuntos que afetam o funcionamento do controle interno.

Atividades de monitoramento

- a) A organização seleciona, desenvolve e realiza avaliações contínuas e/ou independentes para se certificar da presença e do funcionamento dos componentes do controle interno;
- b) A organização avalia e comunica deficiências no controle interno em tempo hábil aos responsáveis por tomar ações corretivas, inclusive a estrutura de governança e alta administração, conforme aplicável.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva em que se buscam informações nos relatórios da administração e em formulários de referência, ambos relatórios contábeis, em que o primeiro é parte constante do Demonstrativo Financeiro Padrão (DFP) das empresas pesquisadas e constroem-se tabelas para empregar análises quantitativa que visam responder à questão de pesquisa. A amostra do estudo compreende as empresas listadas no segmento Novo Mercado da B3.

A busca se deu a partir do *website* de B3 (http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/) no período entre 11 e 12 de setembro de 2017. Devido à inexistência de algumas palavras-chave em alguns relatórios da administração de algumas empresas e para melhor auxiliar a busca dessa pesquisa, partiu-se para busca de tais informações dentro do formulário de referência. A amostra final contou com 135 empresas que somou R\$ 830 milhões de valor de mercado naquele ano. Segundo Zonatto e Beuren (2009), em cada relatório, buscaram-se informações quanto a um conjunto de palavras-chave com o objetivo de identificar evidências dos 5 componentes e 17 princípios do COSO (2013).

Para servir de parâmetros para a busca, criaram-se 52 palavras-chave que foram distribuídas conforme pode-se visualizar no **APÊNDICE 1**. A cada palavra-chave encontrada nos relatórios foi atribuído uma variável *dummy* de valor 1 quando encontrado o texto que se referisse ao termo e 0, nos demais casos. Com isso, cada um dos 17 princípios estabeleceu-se um *score* em que fosse possível identificar aquela empresa com o maior número de pontos, conforme cada atributo.

Para cada dimensão do COSO (2013) foi atribuído uma pontuação máxima que representa o quanto cada empresa apresenta informações em linha com os dizeres deste órgão. Para tanto, cada tabela, na **Seção 4** mostra quanto é a pontuação máxima e quanto foi a média, desvio-padrão, máximo, mínimo e variância da pontuação atingida. Cada elemento tem, a seguir, a seguinte distribuição, conforme **Quadro 1**.

QUADRO 1 – SCORE DE CADA ELEMENTO COSO (2013)

Elemento	Score máximo
E1 – Ambiente de controle	23
E2 – Avaliação de riscos	8
E3 – Atividade de controle	6
E4 – Informação e comunicação	7
E5 – Atividade de monitoramento	8
Score máximo em todos os quesitos	52

Fonte: dos autores.

Na **Tabela 1** observa-se que os termos do COSO (2013) representa 75,2% da pontuação máxima que é de 7.020 citações (ou 52 pontos de *score* vezes 135 empresas). As empresas evidenciaram, de alguma forma, citações às referências a este órgão, em que os elementos avaliação de riscos e atividades de controle são os maiores, respectivamente 81,7% e 81,9%. Segundo Zonatto e Beuren (2009), 100% das citações do COSO (2004) foram evidenciadas nos relatórios da administração de 2007, destacando-se também o elemento atividade de controle com 24,75% de citações.

Em seguida, na **Seção 4**, foram elaboradas cinco tabelas para cada um dos cinco elementos do COSO (2013), formando-se assim um *score* individual em que se apontam a média, o desvio-padrão, o mínimo, o máximo e a variância.

TABELA 1 - TERMOS EVIDENCIADOS NO COSO 2013

Elementos COSO 2013	Citações possíveis	Citações	%
E1- Ambiente de controle	3.105	2.251	72,5
E2- Avaliação de riscos	1.080	882	81,7
E3- Atividades de controle	810	663	81,9
E4- Informação e comunicação	945	703	74,4
E5- Atividades de monitoramento	1.080	783	72,5
Total	7.020	5.282	75,2

Fonte: do autor.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na **Tabela 2**, onde foram analisados os elementos do ambiente de controle, o maior *score* próximo do valor esperado que é de 23 pontos. Neste quesito, o setor utilidade pública apresentou média de 19,7 pontos e desvio-padrão de 3,2. Este setor representa R\$ 176 milhões em ativos. Estes resultados demonstram que os dados coletados estão próximos ao valor esperado.

TABELA 2 - ELEMENTO AMBIENTE DE CONTROLE

Setor	<i>n</i>	Total	%	Média	Desvio-padrão	Mín.	Máx.	Var.
Bens industriais	21	395	17,5%	18,8	4,9	0	23	24,0
Consumo cíclico	42	756	33,6%	18,0	4,1	8	23	16,4
Consumo não cíclico	14	189	8,4%	13,5	9,5	0	23	89,3
Financeiro e outros	19	263	11,7%	13,8	8,4	0	21	70,4
Materiais básicos	7	101	4,5%	14,4	8,4	0	21	70,6
Petróleo, gás e biocombustíveis	7	125	5,6%	17,9	7,9	0	22	62,5
Saúde	9	122	5,4%	13,6	9,7	0	23	93,3
Tecnologia da informação	5	82	3,6%	16,4	5,1	10	21	26,3
Utilidade pública	10	197	8,8%	19,7	3,2	12	22	10,5
Telecomunicações	1	21	0,9%	21,0	0,0	21	21	0,0
	135	2251	100,0%	16,2	6,71	0	23	45,0

Fonte: do autor.

Nota: *score* máximo 23.

Neste elemento, apenas quatro setores atingiram o *score* máximo (23): bens industriais, consumo cíclico, consumo não cíclico e saúde. Os demais elementos do COSO (2013) representam *score* máximo entre 21 e 22.

TABELA 3 - ELEMENTO AVALIAÇÃO DE RISCOS

Setor	<i>n</i>	Total	%	Média	Desvio-padrão	Mín.	Máx.	Var.
Bens industriais	21	150	17,0%	7,1	1,7	3	8	2,7
Consumo cíclico	42	272	30,8%	6,5	1,9	3	8	3,6
Consumo não cíclico	14	78	8,8%	5,6	2,7	0	8	7,0
Financeiro e outros	19	110	12,5%	5,8	2,5	0	8	6,4
Materiais básicos	7	43	4,9%	6,1	3,1	0	8	9,5
Petróleo, gás e biocombustíveis	7	51	5,8%	7,3	1,9	3	8	3,6
Saúde	9	56	6,3%	6,2	2,4	3	8	5,9
Tecnologia da informação	5	39	4,4%	7,8	0,4	7	8	0,2
Utilidade pública	10	75	8,5%	7,5	1,1	5	8	1,2
Telecomunicações	1	8	0,9%	8,0	0,0	8	8	0,0
	135	882	100,0%	6,4	2,12	0	8	4,5

Fonte: do autor.

Nota: *score* máximo 8.

Na **Tabela 3**, onde foram analisados os elementos de avaliação de riscos, os resultados trouxeram, para o setor de tecnologia da informação uma média 7,8 com desvio-padrão de 0,4, demonstrando que os dados coletados estão próximos ao valor esperado e com pouca variabilidade.

Na **Tabela 4**, mais uma vez o setor de tecnologia da informação é o setor com maior média do *score* (6,0) e com desvio padrão de 0,0 demonstrando aderência com este elemento do COSO (2013) e baixa variabilidade.

TABELA 4 - ELEMENTO ATIVIDADES DE CONTROLE

Setor	<i>n</i>	Total	%	Média	Desvio-padrão	Mín.	Máx.	Var.
Bens Industriais	21	112	16,9%	5,3	1,7	0	6	2,8
Consumo Cíclico	42	211	31,8%	5,0	1,9	0	6	3,7
Consumo não cíclico	14	60	9,0%	4,3	2,6	0	6	6,7
Financeiro e Outros	19	81	12,2%	4,3	2,7	0	6	7,1
Materiais Básicos	7	34	5,1%	4,9	2,3	0	6	5,1
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	7	36	5,4%	5,1	2,3	0	6	5,1
Saúde	9	36	5,4%	4,0	3,0	0	6	9,0
Tecnologia da Informação	5	30	4,5%	6,0	0,0	6	6	0,0
Utilidade Pública	10	57	8,6%	5,7	0,7	4	6	0,5
Telecomunicações	1	6	0,9%	6,0	0,0	6	6	0,0
	135	663	100,0%	4,8	2,12	0	6	4,5

Fonte: do autor.

Nota: *score* máximo 6.

Na **Tabela 5**, onde foram analisados os elementos de informação e comunicação, os resultados representam, para o setor de utilidade pública, uma média 6,2 com desvio padrão de 2,2, demonstrando que os dados coletados estão próximos ao valor esperado. Por conter uma única empresa, o setor de telecomunicações não mostra representatividade quando comparado com os demais setores.

TABELA 5 - ELEMENTO INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Setor	<i>n</i>	Total	%	Média	Desvio-padrão	Mín.	Máx.	Var.
Bens Industriais	21	125	17,8%	6,0	2,5	0	7	6,2
Consumo Cíclico	42	216	30,7%	5,1	2,8	0	7	7,6
Consumo não cíclico	14	64	9,1%	4,6	3,2	0	7	10,1
Financeiro e Outros	19	78	11,1%	4,1	3,2	0	7	10,5
Materiais Básicos	7	38	5,4%	5,4	2,8	0	7	8,0
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	7	41	5,8%	5,9	2,6	0	7	6,8
Saúde	9	42	6,0%	4,7	3,5	0	7	12,3
Tecnologia da Informação	5	30	4,3%	6,0	2,2	2	7	5,0
Utilidade Pública	10	62	8,8%	6,2	2,2	0	7	4,8
Telecomunicações	1	7	1,0%	7,0	0,0	7	7	0,0
	135	703	100,0%	5,1	2,83	0	7	8,0

Fonte: do autor.

Nota: *score* máximo 7.

Na **Tabela 5** é possível notar também que há predominância dos setores de utilidade pública (10 empresas e *score* igual a 6,2) e bens industriais (21 empresas e 6,0 de *score*) no *ranking* dos setores mais bem colocados dentre os elementos do COSO (2013).

TABELA 6 - ELEMENTO ATIVIDADES DE MONITORAMENTO

Setor	<i>n</i>	Total	%	Média	Desvio-padrão	Mín.	Máx.	Var.
Bens Industriais	21	143	18,3%	6,8	2,9	0	8	8,2
Consumo Cíclico	42	228	29,1%	5,4	3,5	0	8	12,2
Consumo não cíclico	14	72	9,2%	5,1	4,0	0	8	15,8
Financeiro e Outros	19	96	12,3%	5,1	3,7	0	8	13,7
Materiais Básicos	7	39	5,0%	5,6	3,8	0	8	14,6
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	7	48	6,1%	6,9	3,0	0	8	9,1
Saúde	9	47	6,0%	5,2	3,9	0	8	15,4
Tecnologia da Informação	5	30	3,8%	6,0	3,5	0	8	12,0
Utilidade Pública	10	72	9,2%	7,2	2,5	0	8	6,4
Telecomunicações	1	8	1,0%	8,0	0,0	8	8	0,0
	135	783	100,0%	5,8	3,42	0	8	11,7

Fonte: do autor.

Nota: *score* máximo 8.

Na **Tabela 6**, onde foram analisados os elementos de atividades de monitoramento, os resultados representam para o setor de utilidade pública média de 7,2 de *score* e desvio-padrão de 2,5, demonstrando que mais uma vez este setor demonstra representatividade dentre os elementos do COSO (2013), conseqüentemente, maior aderência.

TABELA 7 - 10 EMPRESAS COM MAIORES SCORE

Empresa	Setor	COSO
EMBRAER S.A.	Bens Industriais	52
M.DIAS BRANCO S.A. IND COM DE ALIM.	Consumo não cíclico	52
RAIA DROGASIL S.A.	Saúde	52
B2W - COMPANHIA DIGITAL	Consumo Cíclico	51
CIA SANEAMENTO BÁSICO EST. SP	Utilidade Pública	51
CPFL ENERGIA S.A.	Utilidade Pública	51
ENEVA S.A.	Utilidade Pública	51
ESTACIO PARTICIPACOES S.A.	Consumo Cíclico	51
HYPERMARCAS S.A.	Consumo não cíclico	51
JBS S.A.	Consumo não cíclico	51

Fonte: do autor.

Nota: *score* máximo 52 para dez empresas.

Na **Tabela 7**, onde foram ranqueadas as 10 empresas mais bem colocadas na pesquisa, os resultados trouxeram três empresas com *score* 52: Embraer, M. Dias Branco e Raia Drogasil. Todas de diferentes setores, respectivamente, bens industriais, consumo não cíclico e saúde. Isso representa 2,2% da amostra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo, mensurar os níveis de controle interno e gestão de riscos das empresas listadas no segmento mais rígido da B3, o Novo Mercado conforme elementos do COSO (2013). Lançado em 2000, sua principal característica é o padrão de governança corporativa altamente diferenciado. Com base nos critérios deste manual, buscou-se realizar uma pesquisa descritiva diante dos relatórios da administração e em formulários de referência para identificar elementos quanto à prática de controle interno e gerenciamento de risco.

Identificou-se que apenas três empresas preencheram todos os quesitos necessários com *score* máximo (52). Isso representa apenas 2,2% de todas as empresas listadas no segmento Novo Mercado (135). Onze empresas (8,1%), atingiram 51 pontos e vinte e oito empresas

(20,7%) atingiram 50 pontos. Isso representa, em nosso entendimento, um número extremamente baixo para os padrões do segmento Novo Mercado da B3. Em 68,9% das empresas não atingiram sequer 50 pontos do *score*. Em um mundo globalizado, onde cada vez mais a mitigação, gestão e controle de riscos vem ganhando cada vez mais destaque mundial, as empresas brasileiras ainda estão em um estágio embrionário de desenvolvimento de práticas de controle interno e gestão de risco. Sobretudo, nota-se que diversas empresas não fazem nenhuma menção a Governança Corporativa, Gestão de Riscos e Controle Interno em seus relatórios da administração e/ou no formulário de referência, fazendo com que o *stakeholder* procure informações sobre este tema apenas na seção de Relação com Investidores mantido pelas empresas em seus *websites*.

Diante dessa limitação, como objetivo de análise evolutiva do tema, pode-se replicar o método deste estudo para amostras maiores, inclusive para outros anos, afim de compreender com maior profundidade que variáveis são determinantes para impacto no resultado quando associados com algum indicador de rentabilidade ou de valor.

REFERÊNCIAS

AMORIM, M. A. R.; MIRANDA, C. L.; REINA, D.; REINA, D. R. M.; PIRES, M. A.; Audit Committee: Um Estudo das Características das Empresas Listadas na BM&F Bovespa. João Pessoa. 2017.

BEUREN, I. M.; ZONATTO, V. C. S. Evidenciação da gestão de riscos do COSO (2004) nos relatórios de administração de empresas com ADR's. Brasília. 2009.

COSO - COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION. Internal Control - Integrated Framework. COSO, 2004.

COSO - COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION. Internal Control - Integrated Framework. COSO, 2013.

DANTAS, J. A.; RODRIGUES, F. F.; MARCELINO, G. F.; LUSTOSA, P. R. B. Custo-benefício do controle: proposta de um método para avaliação com base no COSO. Brasília. 2010.

DAVIS, M. D.; BLASCHEK, J. R. S. Deficiências dos sistemas de controle interno governamentais atuais em função da evolução da economia. Niterói. 2005.

DUARTE JÚNIOR, A. M. Risco: definições, tipos, medição e recomendações para seu gerenciamento. Resenha BM&F, [S.l.], v. 114, p. 25-33, 1996.

GUIMARÃES, I. C. Uma pesquisa de campo sobre a contribuição da controladoria à gestão de riscos nas empresas não-financeiras de capital aberto da cidade de São Paulo. 2006.

IBGC - INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. Guia de orientação para o gerenciamento de riscos corporativos. São Paulo. 2007.

LÉLIS, D. L. M.; MARIO, P. C. Auditoria interna com foco em governança, gestão de riscos e controle interno: análise da auditoria interna de uma empresa do setor energético. São Paulo. 2009.

JORION, P. Value at risk. Nova York: Wiley. 1997.

PAXSON, D.& WOOD, D. The Blackwell encyclopedic dictionary of finance. Oxford: Blackwell Publishers Ltd. 1998.

QUINTAS, T. T.; SPESSATTO, G.; FERNANDES, F. C. Análise da produção científica sobre gestão de risco na revista contabilidade e finanças de 1989 a 2008. São Paulo. 2008.

SANTOS, C.; VASCONCELOS, A. & TRIBOLET, J. Da framework CEO à auditoria de sistemas de informação. Lisboa. 2007.

TEIXEIRA, I. S.; TEIXEIRA, R. C. F. Contribuição do controle interno à gestão empresarial. São Paulo. 1998.

ZONATTO, V. C. da S.; BEUREN, I. M. Evidenciação da gestão de riscos do coso (2004) nos relatórios de administração de empresas com ADR's. Contabilidade, Gestão e Governança, v. 12, n. 3, p. 38–54, set. 2009.

ANEXO 1 – PRINCÍPIOS E PALAVRAS-CHAVE

Princípios	Palavras Chaves
A organização demonstra ter comprometimento com a integridade e os valores éticos.	Código de Ética; Valores éticos; Integridade.
A estrutura de governança demonstra independência em relação aos seus executivos e supervisiona o desenvolvimento e o desempenho do controle interno.	Estrutura de Governança; Independência; Monitoramento; Controle Interno.
A administração estabelece, com a suspensão da estrutura de governança, as estruturas, os níveis de subordinação e as autoridades e responsabilidades adequadas na busca dos objetivos.	Responsabilidades; Hierarquia; Governança; Comprometimento; Responsabilidade da informação.
A organização demonstra comprometimento para atrair, desenvolver e reter talentos competentes, em linha com seus objetivos.	Gestão de Talentos; Reter Talentos; Avaliação de Desempenho; Plano de Carreira; Capacitação; Trainee; Incentivo Acadêmico; Política de Desenvolvimento de RH.
A organização faz com que as pessoas assumam responsabilidade por suas funções de controle interno na busca pelos objetivos.	Funções de Controle Interno; Responsabilidade por Objetivos.
A organização especifica os objetivos com clareza suficiente, a fim de permitir a identificação e a avaliação dos riscos associados aos objetivos.	Identificação de Riscos; Avaliação de Riscos; Continuidade.
A organização identifica os riscos à realização de seus objetivos por toda a entidade e analisa os riscos como uma base para determinar a forma como devem ser gerenciados.	Gestão de Riscos.
A organização considera o potencial para fraude na avaliação dos riscos à realização dos objetivos.	Prevenção à Fraude; Política de Fraudes; Segurança de Informação.
A organização identifica e avalia as mudanças que poderiam afetar, de forma significativa, o sistema de controle interno.	Mensuração de Riscos.
A organização seleciona e desenvolve atividades de controle que contribuem para a redução, a níveis aceitáveis, dos riscos à realização dos objetivos.	Mitigação de Riscos; Atividades de Controle Interno; Relevância de Controles; Níveis Aceitáveis.
A organização seleciona e desenvolve atividades gerais de controle sobre a tecnologia para apoiar a realização dos objetivos.	Atividades de Controle.
A organização estabelece atividades de controle por meio de políticas que estabelecem o que é esperado e os procedimentos que colocam em prática essas políticas.	Políticas e Procedimentos.
A organização obtém ou gera e utiliza informações significativas e de qualidade para apoiar o funcionamento do controle interno.	Comitê de Controle Interno; Relatório de Controle Interno.
A organização transmite internamente as informações necessárias para apoiar o funcionamento do controle interno, inclusive os objetivos e responsabilidades pelo controle.	Cultura de Controle Interno; Divulgação de Relatórios.
A organização comunica-se com os públicos externos sobre assuntos que afetam o funcionamento do controle interno.	Auditoria Externa; Notas Explicativas; Transparência.
A organização seleciona, desenvolve e realiza avaliações contínuas e/ou independentes para se certificar da presença e do funcionamento dos componentes do controle interno.	Auditoria Interna; Auditoria Contínua; Eficácia de Controles.
A organização avalia e comunica deficiências no controle interno em tempo hábil aos responsáveis por tomar ações corretivas, inclusive a estrutura de governança e alta administração, conforme aplicável.	Tempestividade; Avaliação dos Controles; Ações Corretivas; Alta Administração; Deficiência nos Controles.

Fonte: adaptado de COSO (2013).

ANEXO 2 – DIMENSÕES COSO (2013), CONSOLIDADO

	Citações possíveis	Citações	%
A administração estabelece, com a suspensão da estrutura de governança, as estruturas, os níveis de subordinação e as autoridades e responsabilidades adequadas na busca dos objetivos.	540	442	81,9
A estrutura de governança demonstra independência em relação aos seus executivos e supervisiona o desenvolvimento e o desempenho do controle interno.	540	435	80,6
A organização demonstra comprometimento para atrair, desenvolver e reter talentos competentes, em linha com seus objetivos.	675	562	83,3
A organização demonstra ter comprometimento com a integridade e os valores éticos.	1080	606	56,1
A organização faz com que as pessoas assumam responsabilidade por suas funções de controle interno na busca pelos objetivos.	270	206	76,3
1- Ambiente de controle	3105	2251	72,5
A organização considera o potencial para fraude na avaliação dos riscos à realização dos objetivos.	405	396	97,8
A organização especifica os objetivos com clareza suficiente, a fim de permitir a identificação e a avaliação dos riscos associados aos objetivos.	135	113	83,7
A organização identifica e avalia as mudanças que poderiam afetar, de forma significativa, o sistema de controle interno.	405	263	64,9
A organização identifica os riscos à realização de seus objetivos por toda a entidade e analisa os riscos como uma base para determinar a forma como devem ser gerenciados.	135	110	81,5
2- Avaliação de Riscos	1080	882	81,7
A organização estabelece atividades de controle por meio de políticas que estabelecem o que é esperado e os procedimentos que colocam em prática essas políticas.	540	449	83,1
A organização seleciona e desenvolve atividades de controle que contribuem para a redução, a níveis aceitáveis, dos riscos à realização dos objetivos.	135	109	80,7
A organização seleciona e desenvolve atividades gerais de controle sobre a tecnologia para apoiar a realização dos objetivos.	135	105	77,8
3- Atividades de Controle	810	663	81,9
A organização comunica-se com os públicos externos sobre assuntos que afetam o funcionamento do controle interno.	270	204	75,6
A organização obtém ou gera e utiliza informações significativas e de qualidade para apoiar o funcionamento do controle interno.	270	200	74,1
A organização transmite internamente as informações necessárias para apoiar o funcionamento do controle interno, inclusive os objetivos e responsabilidades pelo controle.	405	299	73,8
4- Informação e Comunicação	945	703	74,4
A organização avalia e comunica deficiências no controle interno em tempo hábil aos responsáveis por tomar ações corretivas, inclusive a estrutura de governança e alta administração, conforme aplicável.	405	289	71,4
A organização seleciona, desenvolve e realiza avaliações contínuas e/ou independentes para se certificar da presença e do funcionamento dos componentes do controle interno.	675	494	73,2
5- Atividades de Monitoramento	1080	783	72,5
Total	7.020	5.282	75,2

Fonte: do autor.